



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680060 - MG (2021/0218746-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.20.581014-6/000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário, manteve a segregação cautelar do ora paciente (fls. 94-111).

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 17/11/2021, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual do paciente, *ex officio*, não preencheu os requisitos autorizadores do cárcere (arts. 3-A; 282, § 2º; 311 e 312, todos do CPP).

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória é incoerente ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Nesse panorama, pede a impetrante, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, expedindo-se em favor do paciente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, (arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP). No mérito, pugna pela concessão da ordem de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Observa-se, ainda que a discussão em torno da prisão do ora paciente discutida nesses autos já é objeto do RHC 149661-MG em que o relator indeferiu o pleito liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente